

# DISPUTAS PELO PODER DE INSCREVER “A” HISTÓRIA DE CASCAVEL: LITERATURA MEMORIALÍSTICA E HISTORIOGRAFIA LOCAL EM PERSPECTIVA

Claudia Ferreira de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto se dedica a tratar de algumas das disputas presentes no processo de constituição e de instituição de memórias públicas para a cidade de Cascavel - PR. Tais versões sobre o passado local estão presentes em diversos lugares de memória, mas, especificamente, selecionamos duas obras - uma de literatura memorialística e, outra, historiográfica – que denotam esses embates, quais sejam, respectivamente: “Cascavel, a História”, de Alceu Sperança, e “Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel”, de Vander Piaia. Para tanto, procuramos analisar as obras tendo como referência as temáticas do mito fundador, elaborado para se fixar as origens de Cascavel, e as concepções de patrimônio urbano por elas difundida. Convém destacar que em relação às origens da cidade as disputas, entre as versões de passado local analisadas, se tornam mais visíveis, pois enquanto uma das obras apresenta a formulação de uma narrativa constituinte do mito de fundação, a outra, visa empreender uma crítica a tal enredo.

**Palavras-Chave:** Literatura memorialística; historiografia local; memórias públicas.

## DISPUTES OF POWER TO REGISTER “THE” HISTORY OF CASCAVEL: MEMORIALISTIC LITERATURE AND LOCAL HISTORIOGRAPHY IN PERSPECTIVE

**Abstract:** This text is dedicated to dealing with some of the disputes that took place in the process of constitution and institution of public memories of the city of Cascavel - PR. Such versions on the local past are present in several places of memory, but specifically, we selected two works - one of memorialistic and the other historiographical literature - that denote these conflicts, namely, "Cascavel, the History", by Alceu Sperança, and Vander Piaia's "Earth, Blood and Ambition: The Genesis of Cascavel". In order to do so, we seek to analyze the works by reference to the themes of the founding myth, elaborated to establish the origins of Cascavel, and the conceptions of urban heritage they disseminate. It should be pointed out that, in relation to the origins of the city, the disputes between local versions of the analyzed past become more visible, since while one of the works presents the formulation of a constitutive narrative of the foundation myth, the other aims to undertake such plot.

**Keywords:** Memorial literature; local historiography; public memoirs.

---

\* Este artigo faz parte das reflexões desenvolvidas na dissertação “Cidade, ensino e memórias públicas em Cascavel – PR”, sob orientação da professora Dra. Geni Rosa Duarte.

<sup>1</sup> Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Unioeste – *Campus* Marechal Cândido Rondon. Professora de História no Ensino Médio e Fundamental na Rede Pública Estadual do Paraná SEED – PR. E-mail: claudiaferreirademelo@gmail.com

Certamente, podemos considerar a memória como um campo de intensa disputa entre os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, acreditamos que as divergências detectadas entre as duas versões sobre o processo de fundação da cidade, presentes nas obras analisadas nesse trabalho<sup>2</sup>, seja um indício de que existem embates em torno da efetivação de uma representação histórica que se pretende portadora da “verdadeira” história de Cascavel.

Não nos cabe julgar qual versão seria a “verdadeira” ou a mais completa ou a melhor. O que nos interessa é investigar como tais discursos, que se pretendem portadores da “verdade” sobre o passado da cidade, são constituídos em sua formulação.

Quanto às reflexões que apresentamos em torno das concepções de patrimônio presentes nas obras, é imprescindível esclarecer que nos ativemos em analisar como os autores abordam um bem específico da cidade: as corridas automobilísticas que ocorriam na região central entre as décadas de 1960 e 1970.

Entendemos que tal escolha foi necessária, sobretudo, tendo em vista a perspectiva abrangente acerca do patrimônio cultural urbano<sup>3</sup> que norteia nossas reflexões. Lembremos, pois, que sem essa delimitação fundamental, poderíamos nos deparar com uma infinidade bastante considerável de bens que poderiam constituir-lo conforme as obras elencadas.

Por outro lado, acreditamos que tais acontecimentos foram estabelecidos como parte do patrimônio urbano de Cascavel na produção literária analisada, por haver certa intenção de se concebê-los, nas narrativas que propagam, sob uma visão estritamente positivada.

Em linhas gerais, nessa visão positivada a que nos referimos, há uma espécie de associação direta entre a ocorrência das corridas automobilísticas e a perspectiva construída em torno da temporalidade futura. Segundo tal ideia, esses acontecimentos comporiam forte indício do papel promissor assumido pela cidade nos dias de hoje.

---

<sup>2</sup> Nos referimos às já citadas fontes: “Cascavel, a História” e “Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel”.

<sup>3</sup> Há que se destacar que os sentidos e significados que costumam ser atribuídos ao termo patrimônio são diversos. Podendo variar desde a noção de posse até as acepções que o vinculam à ideia de preservação.

Portanto, em nossa interpretação, pudemos perceber que se trata de um efeito de ajuste temporal. Ora, fatos do passado cidadão são reconstituídos em uma narrativa que os enquadra enquanto prenúncio do futuro moderno e próspero que, além de resultar na situação presente, parece espreitar Cascavel *ad eternum*.

Além disso, sob essa perspectiva, os discursos produzidos por Sperança e Piaia também atribuem certo significado de importância a esses eventos. Eles são tidos como marcas distintivas, que, portanto, devem ser exibidas da cidade. Em suma, agem colocando-os, em suas narrativas, como atestados da modernidade que não cessa de caracterizar o local.

### **Memórias públicas e a questão “da” identidade**

Um elemento que acreditamos requerer especial atenção em nossas reflexões é o termo “memórias públicas” (LANGARO, 2012: 26). Podemos, de forma sintética, afirmar que as memórias públicas são um conjunto de saberes sobre o passado que é normalmente utilizado como referência para diferentes indivíduos de uma comunidade. São memórias que circulam em diversos espaços e que parecem fundamentais na constituição das representações “da” identidade<sup>4</sup> da cidade.

Nessa acepção, as memórias públicas, seriam, portanto, um conglomerado de referências, de enredos, de recordações, que ganham projeção no espaço público. Entretanto, é necessário considerar que as memórias públicas não são as únicas versões de passado possíveis, pois são produzidas em um ambiente de disputas entre os diversos grupos sociais. O caráter consensual das memórias públicas, que se tornaram hegemônicas, é apenas aparente.

Trata-se, nesse sentido, de um processo de seleção e de elaboração de certas versões do passado local. Tais constructos discursivos acabam por dar visibilidade a alguns enredos, sujeitos e fatos, em detrimento do silenciamento e da obscuridade de tantos outros.

---

<sup>4</sup> Não estamos confirmando a existência de uma identidade única para a cidade, pois as possibilidades, em termos de representações identitárias, são múltiplas, fluidas e, muitas vezes, contraditórias. Porém, comumente é possível detectarmos certa tendência a uma representação essencialista, fixa e homogênea no processo de produção de identidades e é a esse conjunto de elaborações discursivas que estamos nos remetendo.

Todavia, não podemos negar a existência do processo de recepção de tais representações históricas, já que os indivíduos podem construir memórias alternativas e até mesmo contraditórias, criando novos pontos de identificação com o passado local.

Quando utilizamos o conceito de “identidade”, nos apoiamos, principalmente, nas concepções do pesquisador Stuart Hall. Sob essa perspectiva a identidade seria parte de um processo de produção discursiva e simbólica, trata-se de uma construção de diferentes posições de sujeito em uma sociedade. Por este motivo, identidade não seria um dado, uma essência imutável dos indivíduos, das comunidades ou até mesmo das nações, mas um complexo processo de elaboração de representações culturais (HALL, 1994: 68,70).

Assim, consideramos que tais representações, permitem aos indivíduos a criação de vínculos de identificação, bem como formas de compreender e classificar o mundo e as experiências da vida cotidiana. Segundo a estudiosa Kathryn Woodward, é por meio das representações que podemos nos posicionar como sujeitos. Desta forma, os significados que delas são produzidos, nos permitem atribuir um sentido àquilo que somos, às nossas experiências e ao mundo:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000: 17).

Outro aspecto peculiar das construções identitárias é o seu caráter relacional. Ora, não haveria sentido em se elaborar um conjunto de representações que definem um grupo em uma relação baseada apenas na constatação de uma igualdade entre os indivíduos, por este motivo a ideia da diferença, da alteridade, é fundamental nesse caso. Isso significa dizer que ao serem estabelecidos e prescritos os critérios de pertencimento aos sujeitos que se pretendem portadores de determinada identidade, são estabelecidos também os elementos de distinção, de diferença.

Com efeito, não há como apartar esse complexo processo de produção de representações e de posicionamentos sociais, das relações de poder. Podemos afirmar,

portanto, que a identidade e a diferença são objeto de constantes disputas entre os diferentes grupos sociais. Nas palavras do pesquisador Tomaz Tadeu Silva:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a anunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. (...) O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000: 81).

É por esse ângulo que referendamos, uma vez mais, o impacto de tais colocações sobre as reflexões que intencionamos desenvolver. As obras memorialísticas são constituídas por diferentes concepções e versões sobre o passado da localidade a qual se dedicam a produzir uma narrativa histórica. Essa narrativa, em última instância, visa representar o passado e elaborar pontos de identificação aos indivíduos, que pretensamente, passam a compartilhar uma história.

Sobre o constante apelo à produção de antecedentes históricos inerentes às elaborações discursivas identitárias, mais uma vez nos apoiamos nas reflexões de Woodward (2000:27):

Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado – possivelmente glorioso, mas, que parece “real” – que poderíamos validar a identidade que reivindicamos.

Particularmente, estamos querendo dizer que a história parece ser frequentemente utilizada para conferir certa aura de verdade às representações identitárias e às memórias públicas hegemônicas. A ideia de continuidade do grupo, região ou nação demanda de um referencial temporal que situe suas origens em tempos até imemoriáveis. Assim, entendemos que a dissimulação da arbitrariedade dos discursos identitários, é fundamental para seu poder de instituição de um consenso, ou seja, de seu poder de persuasão.

### Uma análise da obra *Cascavel, a História* de Alceu Sperança

*Nhô Jeca já se preparava para o grande salto de sua existência e que o fez alimentar a ideia de construir uma cidade na Encruzilhada dos Gomes*<sup>5</sup>.

(Alceu Sperança)

De uma primeira explicação carece a classificação que utilizamos para a obra a ser analisada, como “literatura memorialística” (LANGARO, 2012: 48-49). Entendemos por literatura memorialística um tipo especial de narrativa que se utiliza de saberes sobre o passado<sup>6</sup>. Além disso, é constituída pelas memórias públicas de uma determinada comunidade, mas também age como produtora e propagadora de memórias. Enquadra e sacraliza visões de passado específicas que, muito frequentemente, são representadas como a “verdade” em se tratando da história da cidade.

O que queremos dizer é que as obras memorialísticas, comumente, procuram reunir e sistematizar memórias com o objetivo de cristalizar determinadas interpretações e recordações, nesse processo integram as memórias públicas em torno de uma narrativa histórica linear, mitificada e monolítica. A ideia de preservação do passado, cercada de um caráter de “verdade”, parece também cara a esse tipo de narrativa histórica.

Com efeito, as reflexões que pretendemos apresentar foram desenvolvidas com base na análise de temas que consideramos fundamentais para a compreensão das representações do passado de que a obra selecionada é portadora e divulgadora. Tendo isso em conta, podemos citar a seguinte temática: o mito fundador presente em “*Cascavel, a História*”.

É certo que poderíamos levantar outros temas e problemáticas de análise, na referida obra memorialística, porém devido aos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento desta reflexão, foi necessária uma delimitação mais específica no trato dessa fonte.

Neste momento, convém esclarecer que vamos passar à análise de trechos selecionados e retirados do livro de Sperança, são justamente os fragmentos que tratam do mito fundador elaborado para se referendar a origem da cidade. Todavia, acreditamos ser

---

<sup>5</sup> Trecho retirado da obra analisada neste artigo. Cf. SPERANÇA (2007: 101).

<sup>6</sup> Este tipo de obra literária, apesar de constituir uma narrativa de caráter histórico, não está sendo aqui considerada historiografia, já que não segue um aporte teórico-metodológico tal qual se espera das narrativas historiográficas.

imprescindível tecer algumas explicações adicionais sobre o tema escolhido para nortear nossas reflexões.

Não obstante, partimos do pressuposto de que cotidianamente estamos em meio a um conjunto infundável de saberes e discursos sobre o passado. No campo individual, nas mais variadas situações, evocamos tais saberes, seja para lidar com questões problemáticas, seja para reafirmar identidades e posições de sujeito já sacralizadas como autênticas, recorremos e transmutamos conteúdos de nosso arsenal de memória.

No que concerne aos saberes sobre o passado coletivo, podemos afirmar a presença de uma gama igualmente variada de discursos que acabam por compor a memória pública ou coletiva de todo tipo de associação humana, seja ela, um grupo, uma cidade, uma região, uma nação. Portanto, devemos afirmar que as memórias públicas, apesar de muitas vezes serem tomadas como reflexo perfeito do passado, na realidade, se trata de uma representação. As representações de memória podem ser dotadas de tal força persuasiva a ponto de serem tidas como portadoras “da” história.

Os mitos fundadores acabam por cumprir esse papel. As representações formuladas para compor os mitos fundadores visam, principalmente, tornarem-se figuras de discurso fortemente voltadas, ao consenso, à persuasão, porém suficientemente maleáveis para se contemplarem e se adequarem às contradições da realidade na qual visam influir.

Com relação a essas questões a filósofa, Marilena Chauí (2000: 9), teceu importantes contribuições:

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.<sup>7</sup>

Com efeito, os mitos fundadores teriam a função primordial de apresentar uma versão de passado capaz de instituir a ideia de uma pretensa origem comum, harmônica e dotada de qualificativos positivos. Constantemente, essas representações são reafirmadas,

---

<sup>7</sup> Grifos da autora.

entretanto, diante das contradições presentes nos próprios contextos sociais aos quais os mitos se destinam, ocorre uma espécie de realimentação de seus mediadores simbólicos. Dessa forma, sempre atualizado: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000: 9).

Outro aspecto que não podemos deixar de mencionar é o fato de que as representações do passado, ligadas aos mitos de fundação, são capazes de fornecer os caracteres utilizados para as construções identitárias. Ora, dotados de uma origem e de uma história em comum, partilhando símbolos identitários e um repertório de comportamentos característicos, a definição de identidades pode ser estabelecida.

É possível afirmar que o mito fundador da região oeste do Paraná e, mais especificamente da cidade de Cascavel, se relaciona ao pioneirismo, ou seja, ao período de colonização. Em linhas gerais, a figura do pioneiro é exaltada, sendo esse personagem, o agente promotor do desenvolvimento e da prosperidade da cidade. Porém, existem alguns critérios para que os sujeitos sejam classificados como pioneiros, podemos citar alguns: o indivíduo deve ter chegado à região até uma determinada data – a colonização oficial seria o marco temporal fundamental, portanto o povoamento humano anterior é desconsiderado -, ser descendente de imigrantes europeus vindos de outras partes da região sul e ligados às religiões cristãs. Mas, sobretudo, recebem o *status* de “pioneiros” os indivíduos capazes de atestar certa ascensão social e econômica em suas trajetórias na cidade.

Há, no livro memorialista em questão, inclusive uma definição coletiva de pioneiro empreendida por Sperança (2007: 103):

O pioneiro de Cascavel é, portanto, o elemento guarapuavano que se une aos imigrantes provenientes do Sul do País. Estes, trazendo conhecimentos e algumas posses, faziam com que a região começasse a produzir riquezas sem cessar.

Portanto, para fazer parte da “verdadeira” história da região, foi prescrita uma série de determinações seguindo parâmetros de identificação específicos para que se criasse o tipo ideal de pioneiro. Esses processos de construção identitária acabam por ocultar a



presença e atuação de indivíduos que fogem do padrão estabelecido. Assim, sob essa perspectiva, os pioneiros formariam um grupo coeso e homogêneo, figuras míticas do passado bravo da cidade.

O mito fundador elaborado para referendar a origem da cidade de Cascavel atribui a um único pioneiro o papel de iniciar o processo de fixação e de ocupação sistemática do território. Segundo essa ideia, seria de responsabilidade de um comerciante guarapuavano, conhecido como Nhô Jeca (José Silvério de Oliveira), todo o processo que possibilitou a formação do município:

Parte dessas terras – que compreendia a Encruzilhada dos Gomes – serão adquiridas em 1921 por Antônio José Elias (1869 – 1944) e nelas José Silvério de Oliveira (1888 – 1966) fundará Cascavel, em março de 1930 (SPERANÇA, 2007: 52).

É interessante pensar que parece existir certa necessidade de se elaborar uma gênese da região. Mesmo que pareça improvável pensar que um único indivíduo seria capaz de “criar” uma cidade, nessa história celebrativa de lutas e vitórias contra a mata inóspita, constrói-se um enredo onde o pioneiro é o herói que enfrenta qualquer desafio para fundar a cidade moderna que hoje conhecemos.

E mais, o trecho citado acima, parece estabelecer que José Silvério de Oliveira, já agia conscientemente e de forma premeditada no caminho do “progresso”, sendo o presente, um resultado direto do conjunto de ações tomadas por esse indivíduo no período da colonização. É a ideia de que tal protagonista da história cascavelense, podia, mesmo em um passado distante, pressupor a “modernidade”, a “prosperidade” e o “progresso” de que conta a cidade na atualidade<sup>8</sup>.

Esse interessante jogo temporal, onde o futuro já estava sendo previsto no passado (LANGARO, 2010), é uma característica indelével da obra “Cascavel, a História”. Quando afirmamos a existência desse jogo temporal, na obra analisada, estamos nos referindo a um tipo peculiar de narrativa histórica, que utiliza diferentes níveis e concepções temporais,

---

<sup>8</sup> Não estamos querendo reforçar as ideias de progresso e modernidade que circulam pela cidade, mas apenas referendar alguns discursos da imprensa local e do poder público municipal, que constantemente reforçam a imagem de que Cascavel seria “a metrópole do futuro”. Inclusive, o slogan produzido para difundir a atuação do governo municipal é “Cascavel: uma metrópole em construção”, em uma clara alusão ao enquadramento da cidade em discursos de modernidade, urbanização, prosperidade.

num enredo que atua no sentido de inscrever o momento presente em uma descrição do passado que converge exatamente para a situação atual. Esse aspecto pode ser percebido em mais um trecho:

1920 foi também o ano em que José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, travou pela primeira vez contato, por passagem, com a Encruzilhada. Estava então com 32 anos. Dez anos depois ele fundaria ali uma cidade. (SPERANÇA, 2007: 77).

É a ideia de que tudo já estava previsto. Tal concepção além de enaltecer a figura dos pioneiros como seres dotados de características especiais, de liderança e altivez, procura cristalizar a imagem de homens únicos, que eram capazes de se antecipar a todos e perceber que naquele local, no futuro, haveria uma grande cidade.

Todavia, podemos aferir que tais narrativas visam, em última instância, elaborar para os indivíduos uma visão de homogeneidade, de uma história compartilhada que nos enquadra enquanto sujeitos que possuem uma origem em comum. Dessa maneira, essa construção de memórias positivas em torno de pioneiros brilhantes, busca colocar os cascavelenses como herdeiros desse passado épico.

Em linhas gerais são memórias triunfantes e monolíticas, que não deixam brecha para as contradições no processo colonizatório. As disputas pelo poder e tensões sociais não aparecem nos contextos históricos narrados em torno desse mito fundador, chegando a figurá-lo quase como uma fantasia.

Ora, se estamos tentando dizer que as memórias públicas hegemônicas são elaboradas, são produzidas, portanto, não representam uma verdade absoluta e incontestada apenas refletida em uma narrativa histórica, qual seria o sentido de ocultar os conflitos sociais? Qual seria a razão de se enaltecer um único personagem e nele fixar uma imagem heroica de fundador da cidade? Será que necessitamos tanto de discursos de claro apelo identitário, como o veiculado pela obra “Cascavel, a História”?

É bem possível que um indicativo de resposta às muitas indagações que podem ser levantadas, esteja justamente no tempo presente. Acreditamos que as recordações do passado manifestadas por meio das memórias públicas hegemônicas, representem um

importante mecanismo para que as elites locais justifiquem as suas posições privilegiadas da atualidade<sup>9</sup>.

Não obstante, nessas construções discursivas, que colocam a colonização como obra de sujeitos ilustres e, paralelamente, obscurece a atuação de outros indivíduos e grupos sociais, acreditamos haver um processo de tentativa de demarcação de lugares sociais bem estabelecidos. Isso porque, segundo essa lógica, poucos possuem as características de liderança, cabendo a alguns iluminados, a tarefa de conduzir a todos, rumo ao destino inevitável de progresso.

Por outro lado, a própria ideia de que o tempo do progresso, da modernidade e da prosperidade, que supostamente vivemos na atualidade, é visto como uma herança direta, planejada e construída por nossos antepassados. Por esse motivo, não haveria uma abertura para contestação nesse jogo temporal, pois o presente parece ter evoluído diretamente daquele passado glorioso. Então, comemoramos, por meio das memórias públicas hegemônicas, esse passado como um conjunto de importantes lições para o presente (LANGARO, 2012: 45).

Alertamos para o fato de que por mais persuasivas que possam ser as recordações difundidas pelas memórias públicas hegemônicas, a resistência existe e a recepção dos temas oriundos de tais elaborações não são plenamente controláveis. A população, de um modo geral, se apropria do passado de forma diversa, pois as reelaborações no campo da memória e da história podem ser constantes.

Outro trecho bastante representativo desse enaltecimento da figura mítica de Nhô Jeca:

Coube a esse primeiro habitante oficial [Antônio José Elias]<sup>10</sup> da atual Cascavel travar contatos com o comerciante José Silvério de Oliveira, o “Nhô Jeca”, também inicialmente radicado no interior de Guarapuava. “Nhô Jeca”, já em 1920, percorria a região da Encruzilhada. E foi ali que, no final de 1923, ele encontrou, semi-enterrada, uma estátua de santa, provavelmente Nossa Senhora Aparecida. O encontro daquela imagem impressionou Silvério e a Encruzilhada e manteve na memória em sua jornada até Pouso Alegre, onde se

<sup>9</sup> Na obra “Cascavel, a História” há inúmeras páginas dedicadas a expor uma espécie de galeria de pioneiros, onde se pode perceber o enaltecimento de famílias e de personagens que compõem a elite local.

<sup>10</sup> [Acréscimos nossos].

estabelecia com um pequeno armazém, além de criar suínos e plantar legumes e cereais (SPERANÇA, 2007: 56).

O autor observa que o senhor José Silvério já havia passado pela região em outras circunstâncias, porém o fato de não ter se fixado em um primeiro momento, não parece ser indicativo de alguma contradição em sua atuação como fundador de Cascavel. Pelo contrário, a religiosidade é acionada para criar a ideia de que Nhô Jeca havia recebido a incumbência e proteção divina para fundar a cidade.

Em outro trecho mais uma vez tal enredo miraculoso é descrito:

Era o dia 11 de novembro de 1923, José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, em suas constantes passagens pela estrada ervateira cujas cercanias foram, em 1921, obtidas junto à família Camargo (Braviaco) pelo colono Antônio José Elias, descobre, como a semente da religião plantada no solo da futura cidade de Cascavel, uma estatueta de santa. (...) A descoberta da estatueta se deu no exato lugar onde mais tarde seria, por orientação de Silvério, construída a capela e a igreja Nossa senhora aparecida, hoje Paróquia de Santo Antônio (SPERANÇA, 2007: 81).

Trata-se, portanto, na concepção apresentada pelo autor em sua narrativa, de uma espécie de sinal divino que orientava Nhô Jeca a enfrentar as adversidades e assumir seu posto de liderança no processo colonizatório. Em nossa opinião, nada parece mais eloquente, em termos de construção de uma imagem mítica para tal personagem, do que a ideia de acionamento da religiosidade. Mas cabe ressaltar, que esse é um dos enredos que compõem as memórias públicas hegemônicas que circulam na cidade<sup>11</sup>, porém este “fato” da história local não fora criado por Sperança.

Há também uma distinção feita pelo autor em sua narrativa, entre os personagens que estabelece como o fundador da cidade e o indivíduo que considera o primeiro morador oficial de Cascavel. Curiosamente, não é Nhô Jeca o primeiro habitante local, mas um colono chamado Antônio José Elias. Vejamos nas palavras do autor:

A Encruzilhada, portanto, situava-se nas terras requeridas e também compradas por Antônio José Elias junto à Braviaco. Foi com ele que Nhô

---

<sup>11</sup> Destacamos que esta suposta proteção divina de Nossa Senhora Aparecida está presente, inclusive, no hino da cidade de Cascavel e em um monumento na área central da cidade.

Jeca teve que entrar em entendimento para arrendar as áreas mais próximas à Encruzilhada dos Gomes e iniciar seu empreendimento de criação de porcos, que progrediria a partir da Encruzilhada, em 1930, rapidamente do rural ao urbano (SPERANÇA, 2007: 80).

Porém, conforme é afirmado na obra, Nhô Jeca, teria sido responsável pelo povoamento urbano e, essa, seria considerada a origem do município. Já o indivíduo referenciado como o “primeiro habitante” e outros colonos citados, nem de longe recebem a mesma atenção, em termos de exaltação de seu papel como pioneiro.

Sendo assim, não podemos deixar de questionar quais seriam as razões pelas quais a visibilidade em torno de Nhô Jeca é tão exacerbada em detrimento de outros sujeitos que apenas são mencionados? Haveria, neste ponto, um indício de disputas em torno das memórias públicas? Seria essa versão a que mais agrada as elites locais e, por isso mesmo, comporiam o conjunto das memórias hegemônicas?

Segundo indica, Alceu Sperança, o “primeiro habitante” de Cascavel, Antônio José Elias, teria apenas arrendado terras para Nhô Jeca, por conseguinte, como teria tal sujeito fundado uma cidade em uma propriedade que não lhe pertencia? Essa questão –segundo apontou Sperança - parece ter sido resolvida com a anulação das concessões de terras do período imperial, anulação esta feita pelo governo da República Velha. Conforme destacou nosso autor, como que em uma obra do destino, Nhô Jeca, passou de simples arrendatário a proprietário de uma grande porção de terras (SPERANÇA, 2007: 101).

Vale frisar que, nas concepções trazidas na obra, Nhô Jeca, teria sido beneficiado com a nova situação, agindo em conformidade com ela:

José Silvério de Oliveira, percebendo a amplitude de suas novas propriedades, passou a oferecer terras àqueles com quem negociava, procurando proporcionar o máximo de vantagens. Tinha a intenção de construir uma pequena cidade com um mercado consumidor em ampliação para seus negócios (SPERANÇA, 2007: 101).

Sob a perspectiva de uma narrativa linear e factual, Sperança, elabora um enredo epopeico para descrever a atuação de Nhô Jeca e seu espírito empreendedor. Não há uma problematização ou reflexão em torno das memórias selecionadas, estas são apenas relatadas como testemunhos da “verdade” histórica que está sendo apresentada:

A data de chegada do primeiro carroção da família Silvério, trazendo seus pertences, marca a fundação do que se considera a cidade de Cascavel: 28 de março de 1930, uma sexta-feira de início de outono. (...) e Jeca Silvério se deu ao luxo de chegar pilotando seu automóvel Ford Bigode (SPERANÇA, 2007: 100-101).

Além disso, alguns temas são evocados como a trajetória profissional ou supostas características pessoais, para definir Nhô Jeca como uma espécie de líder nato, um homem a frente de seu tempo. Ora, no trecho que destacamos acima, até mesmo a chegada de nosso suposto fundador é dotada de uma aura triunfal: enquanto outros iam de carroça, esse personagem mítico já possuía um automóvel e se “dava o luxo” de chegar pilotando-o.

O processo de transformação da cidade e também sua modernização por meio de certos aparatos de urbanização, transporte e de comunicações, são fatos considerados como mais um conjunto de grandes feitos de Nhô Jeca. Podemos perceber, nas seguintes colocações: “(...) o comando da região de Encruzilhada é todo de José Silvério de Oliveira.” Ou em outro trecho: “Por seu empenho, o posto telefônico e telegráfico de Lopeí foi transferido para Encruzilhada” (SPERANÇA, 2007: 104).

Interessantes também são as referências que são estabelecidas com relação ao processo de criação do patrimônio de Cascavel. É utilizado como fonte, pelo autor, a cópia de um documento oficial produzido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, no qual se pode constatar a concessão das terras da região da cidade. O autor se refere ao documento da seguinte forma:

Othon Mäder, então na chefia da prefeitura de Foz do Iguaçu, foi quem estimulou essa ação estrutural e foi quem se referiu à Encruzilhada pela primeira vez, oficialmente, à ‘futura cidade’ de Cascavel, ao produzir o primeiro grande documento da história do futuro município (SPERANÇA, 2007: 106).

Tal fato é considerado como momento inaugural para a emancipação do município e o documento citado é visto como prova incontestável da atuação determinante de Nhô Jeca: “Essa documentação comprova que, se Tio Jeca foi o ‘pai’ de Cascavel, o prefeito Othon Mäder foi o ‘avô’ ” (SPERANÇA, 2007: 107). Nesse movimento de instituição de um “pai” para Cascavel, podemos perceber a presença de um discurso que utiliza certas figuras de

linguagem para cristalizar enunciados em torno de uma identidade aglutinadora, que pode possibilitar aos indivíduos se posicionarem como herdeiros dessas memórias.

Além de trechos e imagens dotadas de representações de cunho identitário, o próprio título da obra memorialística aqui investigada, requer que empreendamos uma reflexão: “Cascavel, a História”. O fato de ser utilizada a expressão “a História”, já nos diz muito sobre as intenções da obra em análise, pois fica evidente que o autor a enquadra como portadora de uma versão unívoca sobre o passado da cidade.

### **A “contra-história” em “Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel” de Vander Piaia**

A obra do professor e economista Vander Piaia resulta de sua tese de doutorado, intitulada *Paraná e Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*, defendida no ano de 2004, na cidade de Niterói (RJ)<sup>12</sup>. Por isso, não a classificamos como literatura memorialística, mas como obra historiográfica.

Esse enquadramento da obra, como pertencendo ao campo da historiografia, pode ser em partes, justificado pelo fato da obra em questão resultar de um processo de pesquisa acadêmica. Mesmo não sendo historiador de formação, consideramos que o autor detenha certo conhecimento acerca do campo de conhecimento denominado História, já que em seu doutoramento se dedicou em transitar por essa área.

Primeiramente, devemos considerar que o autor coloca como objetivo central da sua pesquisa, a intenção de fazer emergir uma história diversa daquela narrada até então. Para o desenvolvimento de tal perspectiva, afirma tecer algumas críticas às demais versões sobre o passado da cidade.

Podemos perceber tal objetivo ainda na apresentação da obra:

(...) Ao invés de se evitarem as implicações de revolver um passado ainda recente, chegou a hora de Cascavel – e o próprio Oeste paranaense – se defrontar com os subterrâneos da sua história. Até hoje, tem havido mistificações sobre o tema. (...) (PIAIA, 2013: 11).

---

<sup>12</sup> O autor afirma que sua tese foi elaborada a partir de um convênio entre a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Segundo a sua interpretação, o processo de colonização da cidade fora bastante violento e conflituoso, fato que estaria sendo ocultado pela historiografia local: “No caso de Cascavel, a ocupação de seu território não aconteceu de forma tranquila e pacífica. Ao contrário, houve muita luta e derramamento de sangue (...)” (PIAIA, 2013: 11).

Tal invisibilidade estaria sendo promovida, segundo sua visão, em parte, pela ausência de relação entre acontecimentos que datavam um período anterior à colonização efetiva e que teriam influenciado a questão da documentação das terras na região<sup>13</sup> e, por outro lado, pela escrita de uma história descritiva e factual (PIAIA, 2013: 11).

Por isso, Piaia estaria preocupado em produzir uma obra de História Local que acima de tudo diferisse das narrativas já consolidadas. Portanto, a sua obra teria o intuito de preencher lacunas e tocar em temas contraditórios e permeados por relações conflituosas. Segundo ele, aos estudos acerca da colonização algumas dificuldades seriam impostas:

O estudo do tema tem ainda outro poderoso obstáculo<sup>14</sup>, fixado nas raízes do seu ainda recente passado. Trata-se da resistência de analisar um período incômodo da história cascavelense. Tal período foi caracterizado por lutas e pela violência, e seu ápice, que abrangeu as décadas de 50 e 60 do século XX, tornou a cidade famosa. O que se destacava nas manchetes não era a rapidez do seu crescimento populacional, mas a barbárie desencadeada pela posse da terra. (PIAIA, 2013: 13).

Todavia, podemos ressaltar que alguns enredos tradicionais, como aquele que enquadra a cidade em um discurso que aponta apenas para uma visão unidirecional de progresso é afirmada pelo autor, vejamos: “Numa cidade que, apesar de marcada por grandes diferenças, tem uma inegável capacidade de produzir riqueza e gerar novos ricos todos os dias” (PIAIA, 2013: 12).

Outros temas e enredos tradicionais sobre a ocupação da região são citados, como por exemplo, a narrativa que enaltece o papel desempenhado pela Colonizadora Maripá<sup>15</sup> na cidade de Toledo. Segundo essa versão, a empresa teria conseguido implementar um processo ordeiro e bem sucedido de colonização nas cidades onde atuou.

---

<sup>13</sup> O autor cita a questão das terras devolutas que além de terem atraído inúmeros indivíduos para a região, também teria levado à ocorrência de litígios (PIAIA, 2013: 11).

<sup>14</sup> Uma das dificuldades apontadas pelo autor para as pesquisas em História Local seria a falta de interesse na área, ocasionado por não tratar-se de uma atividade lucrativa (PIAIA, 2013: 12-13).

<sup>15</sup> Denominação que ficou mais conhecida da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.



(...) Mais do que terras em si, a Maripá fazia crer que sua colonização racional e científica era um ideal de vida camponesa, que aquela sociedade brotava entre os tocos de pinheiros era recoberta de uma aura idílica e heroica, assentada no equilíbrio, na igualdade e nas bases seguras da pequena propriedade. (...) (PIAIA, 2013: 111-112).

Nesse contexto, a atuação da Maripá teria sido fundamental no sentido da organização do processo de ocupação dos “pioneiros” na região; fato que apresentaria uma diferença significativa daquilo que ocorrera na cidade de Cascavel, onde não teria havido um processo ordeiro.

Em outro trecho, podemos destacar:

(...) Ademais, nas cidades nascidas sob o comando das colonizadoras, havia um controle social maior, enquanto aquelas que tiveram um surgimento espontâneo, como Cascavel, não estavam à mercê de qualquer controle significativo (PIAIA, 2013: 111).

Piaia demonstra acreditar que as cidades de Toledo e de Cascavel poderiam fornecer exemplos distintos de colonização do território, podendo ser comparadas. Para ele, a primeira contou com uma “colonização planejada”, já essa última:

(...) Em Cascavel, o processo foi mais anárquico, nenhuma colonizadora teve supremacia no processo de formação do seu núcleo urbano, tampouco demonstrou influências consideráveis (PIAIA, 2013: 112).

Com efeito, essa versão que toma a atuação da empresa colonizadora, Maripá, como essencialmente exitosa, é questionada na tese de doutoramento de Langaro (2012) - trabalho de grande relevância para as reflexões que aqui apresentamos. Nele, o pesquisador reflete sobre as memórias públicas hegemônicas de Toledo que se relacionam a uma visão fundamentalmente mítica em torno da Maripá e de seus dirigentes.

Mais especificamente, com relação ao mito fundador difundido na obra de Alceu Sperança<sup>16</sup>, que determinava ser de responsabilidade de Nhô Jeca a ocupação efetiva do espaço e fundação da cidade, Piaia estabelece uma função menos preponderante na atuação deste “pioneiro”.

---

<sup>16</sup> Tratamos da obra “Cascavel, a história”, de autoria de Alceu Sperança no subitem anterior desse artigo.

Segundo ele, José Silvério de Oliveira, o Nhô Jeca, teria desempenhado um “papel importante na evolução da pequena Cascavel dos anos 1930, (...) prestando serviço para as obras” (PIAIA, 2013: 87). Mas, à sua atuação, outros poderiam ser acrescentados, por este motivo, cita uma lista de pioneiros que haviam sido esquecidos pela historiografia local até então (PIAIA, 2013: 87).

A negação em torno do mito difundido na obra de Sperança é percebida no trecho:

Nhô Jeca, um tanto diferente de seus conterrâneos locais, era um homem politizado, com grande capacidade de comunicação, o que o fazia um líder nato. Não obstante sua importância para a Cascavel dos anos 30 e 40, não foi ele o fundador da cidade, como sugere Sperança. Ele não poderia ter sido criador de uma comunidade que já existia, (...) (PIAIA, 2013: 87).

Com efeito, podemos perceber que há a tentativa de negar a ideia de atribuição da fundação da cidade a um único sujeito. Entretanto, as características singulares delegadas a Nhô Jeca demonstram certa aproximação entre as duas versões acerca do desempenho de tal personagem o processo de constituição da cidade.

Outro fragmento que destacamos a crítica de Piaia ao mito fundador propagado por Sperança:

Houve uma apropriação da história, no sentido de uma normatização positivista que exigia uma datação de origem e de intenção de fundação. A referência em torno de Nhô Jeca ofuscou demais pioneiros de grande importância. Mesmo antes de 1930, data sugerida por Sperança (1992: 102) como ‘ano da fundação de Cascavel. (PIAIA, 2013: 87).

Porém, paradoxalmente, em outras situações parece referendar a visão positivada que afirma criticar:

Em certo sentido, José Silvério foi o representante maior do período da cultura cabocla. (...) Ele merece estar no panteão dos grandes nomes, haja vista ter sido seguramente um dos personagens mais importantes de uma fase singular na formação da cidade. (...). (PIAIA, 2013: 88).

Cabe ressaltar que, de qualquer forma, consideramos problemáticas as análises que se constituem em torno do estabelecimento de um mito fundador, porém são igualmente

lacunares as versões de passado que apenas recuperam outros nomes para acrescentar à lista de pioneiros.

Nessa direção, podemos afirmar que ao criar uma narrativa sobre o processo de formação da cidade de Cascavel, o autor sinaliza a intenção de romper com a forma tradicional que estava sendo feita até então. Todavia, em nossa reflexão pudemos perceber que não ocorrem alterações tão significativas.

No caso da obra também analisada, “Cascavel, a História”, de Alceu Sperança, o mito de fundação por ela difundido, institui que um único sujeito seria responsável pelo processo de ocupação efetiva do território – Nhô Jeca. Já, na obra “Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel”, de Vander Piaia, a colonização teria acontecido devido à atuação de outros pioneiros e cita diversos deles. Portanto, há uma espécie de substituição de um mito individual por um mito coletivo.

Mais do que participar do “panteão dos grandes nomes”, acreditamos ser necessário abordar as narrativas sobre o passado local de forma diversa. Ora, levamos em conta que são as memórias alternativas às versões portadas pelas memórias públicas hegemônicas que podem possibilitar o acesso ao vivido, à experiência dos indivíduos em relação à localidade.

Ao tratar da existência de um processo de ressignificação de memórias, Piaia é taxativo em invalidá-las em sua pretensão de representar o passado:

Noutro aspecto, a história local é extremamente rica, complexa e abundante. Mas o cidadão, via de regra, conhece pouco da história local e regional. E esse pouco é acentuado pela reprodução de visões do senso comum, que, por sua vez, carece de uma análise mais apurada. O problema é que algumas explicações simplistas ao se fundirem no imaginário popular, acabam por criar uma nova história, distanciando-se daquilo que se busca de fato atingir e compreender (PIAIA, 2013: 13).

Portanto, detectamos certa divergência ou incoerência entre os objetivos da obra, elencados pelo autor e, a forma como esta “outra história” da cidade é por ele narrada. Essa intenção é percebida na própria dedicatória do livro de Piaia, que traz a seguinte inscrição: “Aos bravos incógnitos e aos heróis maculados que conquistaram o Oeste” (PIAIA, 2013).

Entretanto, é preciso considerar que tais sujeitos permanecem silenciados em uma narrativa que não ultrapassa os limites estreitos impostos pelo conteúdo das memórias

públicas hegemônicas. Sobretudo, a forma da abordagem permanece inalterada em seu cerne.

Consideramos que a própria forma de alusão aos temas como a “colonização” e o “pioneirismo” se traduzem no indício de que exista certa permanência na forma como a História Local é abordada. Nessa perspectiva, os enredos sobre o passado da cidade parecem seguir uma espécie de fórmula já consagrada.

No caso da obra de Vander Piaia, esses temas acabam sendo difundidos em narrativas homogêneas sobre a violência e a desordem do processo colonizatório, mas paradoxalmente, tal processo teria dado origem a uma cidade próspera que “tem uma inegável capacidade de produzir riqueza e gerar novos ricos todos os dias”. (PIAIA, 2013: 12).

Na contracapa podemos notar essa ideia mais uma vez referendada:

(...) A terra de colonização não planejada advém de litígios e, por essa condição, indeterminação e insegurança afloram em violências orquestradas por milícias e jagunços. Do ciclo da madeira para a lavoura, a ocupação se consolida: 1940 a 1960, a mata e a barbárie são substituídas pelo cultivo da terra e pela sede de progresso (...) (PIAIA, 2013).

Por sua vez, acreditamos poder afirmar que esses enredos, que vinculam a “colonização” e o “pioneirismo”, à violência ou às dificuldades em enfrentar as adversidades da época da ocupação do território, seriam versões ajustadas às posições privilegiadas de determinados sujeitos ocupam no presente.

Ora, segundo essa ideia, tais indivíduos e suas famílias gozam dos privilégios do poder econômico atualmente, porque venceram. Assim, teriam enfrentado a violência dos conflitos agrários e as dificuldades de fundar uma cidade nas matas do interior do Paraná. Mas, a questão que podemos colocar é quem eram os agentes dessa violência?

Ainda, em linhas gerais, o autor elabora a sua versão sobre o passado local em torno de uma narrativa linear e evolucionista, o que acaba por intentar persuadir à aceitação de que suas formulações seriam a única possibilidade em termos de representação do passado da cidade, já que, segundo ele, mais corretas se comparadas à historiografia tradicional.

A abordagem das fontes também é de certa forma incongruente, pois não há uma problematização efetiva de seu conteúdo. O contexto que envolve a elaboração dos documentos citados fica obscurecido. Constatamos que, a maneira como as imagens, tabelas e gráficos são utilizados também seriam indicativos dessa relação, a nosso ver, deficitária no tratamento das fontes.

Dizemos isso, pois, são inúmeras as legendas que apresentam um discurso descontextualizado. Em primeiro lugar porque parecem ser utilizadas apenas para ilustrar o que consta no texto, não havendo uma articulação efetiva entre a imagem, o texto da legenda e o corpo do texto. O que existe é um ajuste da imagem às ideias formuladas na narrativa.

### **Um patrimônio cultural urbano: as corridas automobilísticas**

As concepções em torno de patrimônio urbano que constam nas obras analisadas para este artigo se vinculam, entre outros, às corridas automobilísticas que ocorreriam na cidade. Optamos por analisar as formas pelas quais o livro memorialista de Alceu Sperança, “Cascavel, a História”, e a obra historiográfica de Vander Piaia, “Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel”, tratam desses eventos, pois acreditamos haver certa convergência sobre essa temática.

Consideramos que os discursos elaborados para referendar tais eventos sejam bastante significativos para representar algumas das noções acerca do que os autores, concebem e estabelecem sobre patrimônio cultural urbano da cidade de Cascavel.

Em linhas gerais, as menções feitas procuram criar uma aura de saudosismo às corridas, além de destacarem o caráter audacioso desses acontecimentos. O interessante é que, de forma consonante, empreendem uma associação entre o que é tido como arrojo daqueles tempos e a ideia de modernização da cidade.

Por isso, sobre as corridas automobilísticas, é propagada uma visão de que elas se configurariam em atestados de que o progresso estava se estabelecendo. Portanto, ocorre certa vinculação entre tais eventos, descritos como essencialmente venturosos, e as mudanças que se efetivavam no espaço urbano.

Dessa forma, são significadas como sinais do progresso que não cessa de caracterizar Cascavel, ainda nos dias atuais. Tais indícios da modernidade, que sob essa perspectiva se instaurava, seriam também enquadrados como o prenúncio da cidade que sempre se desenvolve com vistas no futuro.

Sperança articula seu discurso relatando alguns acontecimentos que envolveram a primeira corrida realizada, porém não cita a fonte dessas informações. No trecho abaixo podemos perceber a sua tentativa de representar sua narrativa como portadora de uma “verdade” incontestável, que é apresentada com uma suposta precisão de informações:

Naquela manhã de domingo, 19 de janeiro de 1964, o padre Palmino Finatto recomendava em seu sermão aos fiéis reunidos no interior da pequena Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida que todos os pais protegessem cuidadosamente a vida de seus filhos, ameaçados pela realização, à tarde, de uma prova automobilística em pleno centro de Cascavel (SPERANÇA, 2007: 220).

Entretanto, podemos identificar uma relação bastante deficitária na abordagem feita, já que não existe problematização ou contextualização em torno da produção de tais informações. Em sua grande parte, as fontes utilizadas pelo autor são matérias produzidas pela imprensa local, não invalidamos, de forma alguma, a utilização de tais documentos, mas a forma executada por Sperança apresenta lacunas evidentes.

Podemos também notar que é efetuado uma espécie de ajuste entre o acontecimento narrado e o tempo presente, na medida em que ainda ocorrem corridas de automóveis no autódromo da cidade:

Essa prova seria a arrancada, ainda sem grandes cuidados promocionais e responsabilidades tecnológicas, para a destinação de Cascavel à posição de centro paranaense do mundo automobilístico (SPERANÇA, 2007: 220).

No momento em que cita os idealizadores dessa primeira corrida, destaca: “(...) Aficionados da alta velocidade, decidiram organizar a ‘corrida diabólica’ no centro da cidade” (SPERANÇA, 2007: 220). Acrescentamos ainda que o título do capítulo que trata dessas questões é denominado “Transformações urbanas” e, em linhas gerais, traz informações e imagens que atestam o processo de modernização.

De maneira semelhante, Piaia destaca a ocorrência das referidas corridas em um capítulo dedicado em produzir uma imagem de progresso e modernização para a cidade. Nesse sentido, em “Modernizando a cidade” inicia a tratar do tema afirmando a existência de certo “pendor automobilístico”:

Essa área urbana servida de ruas largas passou a ser palco de uma recente paixão desportiva, a corrida de automóveis. Foi na metade da década de 1960 que a cidade manifestou seu pendor automobilístico. (...) (PIAIA, 2013: 181).

Em outro trecho realiza uma associação entre as corridas e o que considera serem traços da identidade local:

(...) Os competidores eram os próprios pioneiros, com seus automóveis de passeio, que se confrontavam em disputas que seguiam a lógica da cidade: a coragem, a pressa, a competitividade. (...) (PIAIA, 2013: 182).

Novamente podemos perceber que as corridas são colocadas, discursivamente, como a assunção de uma espécie de personalidade própria de Cascavel:

Enfim, o cascavelense nasceu dentro do espírito da competição, e não por acaso a população se interessou precocemente pelo esporte automobilístico, sendo cidade pioneira também na construção do primeiro autódromo asfaltado do interior do Brasil. As manifestações desse ‘modo de ser’ cascavelense podem ser observadas nos mais diversos aspectos da vida social. (...) (PIAIA, 2013: 257).

A rigor, como já sinalizado anteriormente, acreditamos poder afirmar que essas versões acerca do passado local representam um ajustamento entre diferentes dimensões temporais. Dizemos isso, pois os autores das obras analisadas parecem enquadrar o passado aos discursos que difundem uma visão essencialmente positivada em torno do futuro brilhante que está garantido à cidade.

Em mais um trecho podemos perceber a evocação à noção de progresso e a vinculação com o cenário nacional no período:

(...) [*Tratando da conjuntura nacional de modernização atribuída à Era JK*]. O automóvel era o verdadeiro ícone do progresso, que acenava para a

modernidade, o rompimento definitivo de uma nação que abandonava seu perfil rural para vir se concentrar nas cidades (PIAIA, 2013: 182).

Portanto, progresso e modernização da cidade, audácia e animosidade dos participantes, são expressões articuladas em discursos que veiculam, por meio da narrativa histórica produzida, a ideia de crescimento linear, evolutivo.

Cabe ainda dizer que esse efeito de transmutação de sentidos que são produzidos, entre as corridas automobilísticas e a presunção de uma “personalidade” cascavelense, evidencia uma visão, de certa forma, problemática sobre o conceito de identidade que perpassa tais obras.

Como já discutido anteriormente, as identidades não são fixas, como características imutáveis e inatas dos indivíduos, dos locais, das cidades. Tratam-se, sob a perspectiva que adotamos, de construções culturais que são produzidas em meio a intensas disputas acerca de definições e posições sociais.

Ainda, é oportuno dizer que, nas obras analisadas, a constituição de discursos tratando das corridas automobilísticas visa produzir certo efeito de singularidade, preservando tais eventos como parte do patrimônio urbano da cidade de Cascavel. Articulam-se, desse modo, a preservação e a agregação de valor às memórias de um passado arrojado que é ajustado aos discursos de progresso e modernidade.

Todavia, consideramos ser de fundamental importância questionar sobre o poder de representação de tais memórias positivadas. Seriam elas capazes de produzir a identificação com o passado em todos os grupos sociais ou se trata de um conjunto de recordações que agrada as elites locais?

É certo que poucos eram os indivíduos que podiam contar com as benesses de um automóvel nas décadas de 1960 e 1970 no país. Contudo, acreditamos que tenha sido possível compreender as formas pelas quais os autores, buscam representar bens, que segundo suas visões, compõem o patrimônio cultural urbano de Cascavel.

### **Considerações finais**



Notamos que, as memórias presentes no mito de fundação do espaço citadino acabaram por ser propagadas como “a” história da cidade e seu personagem principal, o Nhô Jeca, fora aclamado, na referida obra memorialista – Cascavel, a História - como uma espécie de líder nato, visionário e diligente, o “pai” de uma cidade que não cessa de progredir.

Por outro lado, a versão “oposta” - Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel - acaba por colocar o papel desse personagem como menos importante, chamando a atenção para o caráter coletivo do processo colonizatório de Cascavel. Entretanto, as memórias já consolidadas que se referem à colonização e ao pioneirismo são retomadas nessa obra historiográfica.

Acreditamos que a existência de tal enredo que, enfatiza o papel coletivo do processo de ocupação e de formação do município - ao invés de atribuir essa empreitada a um único sujeito como faz Alceu Sperança - seja um indício de que alguns temas parecem estar de certa forma, cristalizados nas formas de narrar o passado da cidade. O que queremos dizer é que para narrar a história da cidade de outra forma – como apregoa o autor Vander Piaia - não basta substituir um mito individual por um mito coletivo.

É certo que essas narrativas tratam do passado, das origens, mas sua relação com outros níveis temporais é inegável. O tempo presente e os conflitos entre diferentes classes e grupos sociais, situados nessa camada de tempo, é que orientam o olhar para o passado e influenciam sobremaneira no processo de constituição das versões históricas.

Sobretudo, esses enredos diversos são marcados por conflitos, por isso a elaboração de memórias públicas para a cidade é sempre um processo permeado pela disputa. Dessa forma, no processo de propagação e estabelecimento de versões hegemônicas, os sujeitos e grupos sociais, acabam por intentar uma definição consensual acerca de como foi o passado local.

Em relação às noções de patrimônio cultural urbano, assumido pelas obras analisadas, pudemos perceber certo efeito de convergência em se tratando das narrativas constituídas em torno das corridas automobilísticas. A construção identitária da ideia de “cidade do progresso”, “do futuro”, parece ser ajustada de forma eloquente a tais eventos, atestando os caracteres positivos da Cascavel “moderna” da atualidade.

## Referências

### Fontes

PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição – a gênese de Cascavel*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel, a História*. Cascavel: Editora Gráfica Positiva, 2007.

### Bibliografia

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. (org.). *Introdução à história pública*. SP: Letra & Voz, 2011.

BRESCIANI, Maria Stella Martins, *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh/Fapesp, 1994.

CERRI, Luis Fernando. Cidade e identidade. Região e ensino de história. In: ALEGRO, Regina Célia; [et al]. (orgs.) *Temas e questões para o ensino de história do Paraná*. Londrina: EDUEL, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

FENELON, Déa. (org.). *Cidades*. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política e método. In: FENELON, Déa [et al.]. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Ed. Olho D' água, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n° 24, 1996.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LANGARO, Jiani Fernando. Quando o futuro é inserido no passado “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). PUC-SP: São Paulo, 2012 (tese de doutorado em História).

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*: São Paulo, n.º 10, 1993.

PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.º 16, 1995.

\_\_\_\_\_. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura.*, Uberlândia, v. 4, n. 4, junho/2002.

\_\_\_\_\_. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas, vol. 2, n.º 4, 2005.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n.º 53, junho/ 2007.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SALGUEIRO, Heliana Angotti, LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

SENNET, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, M. A. A História e Seus Limites. *Historia e Perspectivas*, Uberlândia, v. 6, n. 6, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papius, 2000.

**Recebido em:** 15 de março de 2017

**Aceito em:** 04 de julho de 2017